



Substitutivo à PEC da Instituição Fiscal Independente é rejeitado

Texto que não foi aprovado trata da criação de órgão técnico consultivo que se encarregará de analisar política fiscal do governo. Proposta original deve ser retomada

O Plenário rejeitou ontem substitutivo de José Serra à proposta original, de Renan Calheiros. Senadores justificaram a rejeição afirmando que a Instituição Fiscal Independente poderia engessar as políticas fiscais do Poder Executivo e, ao mesmo tempo, ocupar funções que cabem ao Poder Legislativo. Durante a discussão sobre o substitutivo no Plenário, foi citada a inconveniência de criar um órgão, impondo novos gastos aos cofres públicos, justamente no momento em que o governo federal tenta ajustar as contas do país. O arquivamento do substitutivo não afeta a proposta original. **3**

O relator da proposta que cria a Instituição Fiscal Independente, José Serra, defende no Plenário seu substitutivo, que acabaria sendo rejeitado pelos senadores



Marcos Oliveira/Agência Senado



Pedro França/Agência Senado

Renan (C) preside sessão do Congresso que não obteve quórum para votação

Falta de quórum adia para hoje votação de vetos pelo Congresso

Sem a presença mínima de deputados para abrir a votação, a sessão do Congresso de ontem foi cancelada e remarcada para as 11h30 de hoje. Na pauta, vetos polêmicos e ainda sem consenso entre os parlamentares, como o do reajuste de até 78,56% para o Judiciário. **5**

Base e oposição discutem sobre contas do governo

O julgamento das contas do governo, marcado para hoje no TCU, gerou debate em Plenário. Governistas acusaram o relator, ministro Augusto Nardes, de não ser isento. Já a oposição diz que o Executivo quer desqualificar o tribunal. **3**

Fórum de direitos sociais vê manobra no trâmite de MP

Emendas à medida sobre o Programa de Proteção ao Emprego foram questionadas na Comissão de Direitos Humanos. Tentativa de fazer acordos coletivos prevalecerem sobre legislação foi rechaçada pelas entidades ouvidas. **5**

Médico e empresário negam participar de esquema

Em depoimento à CPI das Próteses, o ortopedista Edson Cerqueira Garcia de Freitas e o empresário Oscar Iskin se disseram inocentes da acusação de integrarem o esquema que faz a rede pública de saúde e os convênios médicos comprarem órteses e próteses por preços exorbitantes. **8**



O ortopedista Edson de Freitas e o empresário Oscar Iskin falam à CPI das Próteses

Pedro França/Agência Senado

Audiência questiona privatização da Celg

A possibilidade de privatização da Companhia Energética de Goiás (Celg), que figura desde maio no Programa Nacional de Desestatização, foi rejeitada pela maioria dos participantes de audiência pública sobre o assunto na Comissão

de Direitos Humanos. A previsão é que o governo federal publique o edital de licitação da empresa em novembro. O senador Ronaldo Caiado decidiu apresentar emenda a medida provisória com o objetivo de impedir o processo. **7**



Senador Paulo Paim (2º à esq.) preside audiência pública que debateu situação da empresa de energia goiana

Gerardo Menges/Agência Senado

Empresários cobram transparência em venda de imóveis da União **7**

Joaquim Levy pede em reunião votação da reforma do ICMS **3**

Rádios e TVs comunitárias querem recursos para manter serviços **4**

Pracinhas podem passar a ser considerados heróis da pátria **6**

Audiência pública discute ensino integral no país

O foco do debate é o Programa Mais Educação, do governo federal. Objetivo do encontro é colher informações para um relatório de avaliação sobre a iniciativa a ser entregue até o final do ano

A COMISSÃO DE Educação, Cultura e Esporte (CE) promove audiência pública hoje sobre a educação em tempo integral, que faz parte do Programa Mais Educação. Essa é uma das políticas públicas do governo federal que serão avaliadas pela CE este ano, assim como o Bolsa-Atleta e o Programa Cultura Viva. O debate fornecerá subsídios para a elaboração de relatório a ser apresentado no fim do ano.

O Mais Educação, instituído em 2007 e regulamentado pelo Decreto 7.083/2010, é uma estratégia do Ministério da Educação (MEC) para ampliar a jornada escolar e a organização curricular na perspectiva da educação integral.

As escolas das redes públicas de ensino estaduais, municipais e do Distrito Federal fazem a adesão ao programa e, de acordo com o projeto educativo em curso, optam por desenvolver atividades nas áreas de educação ambiental, esporte e lazer, direitos humanos em educação, cultura e artes, cultura digital, promoção da saúde, comunicação e

uso de mídias, investigação no campo das ciências da natureza e educação econômica.

A União repassa recursos para ressarcir a contratação de monitores, aquisição dos kits de materiais, contratação de pequenos serviços e obtenção de materiais de consumo e permanentes. O programa atende prioritariamente escolas com baixo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) de capitais e regiões metropolitanas.

Para o debate, foram convidados a professora Jaqueline Moll, da UFRGS; Leandro Fialho, da Secretaria de Educação Básica do MEC; Natacha

Costa, da Associação Cidade Escola Aprendiz; Anderson de Assis, do Comitê Territorial de Educação Integral de São Paulo; e Sueli Baliza Dias, secretária de Educação de Belo Horizonte.

ACOMPANHE E PARTICIPE

HOJE, às 10h

▶ Envie sua pergunta ou sugestão:

- <http://bit.ly/audienciainterativa>
- Alô Senado: 0800 612211

▶ Portal e-Cidadania:

www.senado.leg.br/ecidadania

▶ Facebook: senadofederal

[@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

▶ TV: www.senado.leg.br/TV

▶ Taquigrafia:

<http://bit.ly/comissaoEducacao>



Atividades esportivas e de lazer estão previstas no Programa Mais Educação

Senado lança hoje revista sobre o pacto federativo

Em seu número 26, a ser lançado hoje, a revista *Em Discussão!* trata das soluções que o Senado e a Câmara dos Deputados estão encaminhando para um ajuste das relações entre a União, os estados e os municípios — o chamado pacto federativo.

O lançamento vai se dar

às 14h30, em reunião da Comissão Especial de Aprimoramento do Pacto Federativo.

No primeiro semestre, foram realizadas reuniões com governadores e prefeitos, das quais resultou uma pauta com projetos que tratam de questões financeiras e tributárias, repasses de recursos

e atribuições nos campos da saúde, educação, saneamento e segurança pública, entre outros. Estados e municípios se queixam da excessiva centralização de verbas.

A revista *Em Discussão!* é publicada pela Secretaria de Comunicação Social (Secom) do Senado.

Ana Amélia critica barreira comercial do Uruguai

Ana Amélia (PP-RS) cobrou do governo alguma medida em favor dos comerciantes gaúchos da fronteira com o Uruguai, que estão impedidos de vender seus produtos para os moradores do país vizinho.

Ela explicou que, com o real desvalorizado, fica vantajoso para os uruguaios fazer compras do lado brasileiro. Para proteger os comerciantes de seu país, porém, o Uruguai decidiu fiscalizar todos os que passam pela fronteira para impedir a entrada de produtos comprados do lado brasileiro.

Isso, na opinião da senadora, mostra que as relações com os demais países do Mercosul dificilmente são favoráveis ao Brasil.

Para Lindbergh, existe "ódio político" contra o PT

Lindbergh Farias (PT-RJ) repudiou as manifestações de ódio contra membros do governo, petistas e esquerdistas em geral, como os panfletos com a frase "petista bom é petista morto" jogados no local em que foi velado o corpo do ex-senador do PT de Sergipe e ex-presidente do partido José Eduardo Dutra.

— Essas manifestações insanas de ódio político estão ficando corriqueiras e já não surpreendem. Se nada for feito contra essa escalada perigosa de ódio político, em breve se considerará normal agredir fisicamente ou mesmo assassinar petistas. O ódio desumaniza.

Humberto requer voto de pesar pela morte de Dutra

Humberto Costa (PT-PE) apresentou na segunda-feira um pedido de voto de pesar pela morte do ex-senador José Eduardo Dutra. Ele morreu no domingo, aos 58 anos, vítima de câncer. O senador lembrou que Dutra foi fundador e presidente do PT.

— À frente do nosso partido, Dutra ajudou a conduzir o processo político que levou a primeira mulher na nossa história a assumir a Presidência da República, a presidenta Dilma Rousseff. Ele foi o coordenador principal da campanha de Dilma à Presidência em 2010.

Humberto definiu o ex-senador como uma pessoa de generosidade inigualável, que, apesar da aparência sisuda, tinha enorme companheirismo.



Ana Amélia (E), Ilana Trombka, Regina Souza e Joana Jeker na inauguração

Exposição de fotos sobre câncer de mama fica até o final do mês

Foi inaugurada ontem na Senado Galeria a exposição *Sempre Mulher*. A mostra, que faz parte do calendário de atividades da campanha Outubro Rosa contra o Câncer de Mama 2015, retrata 12 mulheres da entidade Recomeçar que tiveram as mamas removidas em cirurgias de mastectomia.

Elas são apresentadas em imagens ao lado de breves depoimentos, numa aborda-

gem positiva e de superação da doença.

Na abertura da exposição, as fotografadas estavam presentes ao lado das senadoras Ana Amélia (PP-RS) e Regina Souza (PT-PI); da deputada federal Érika Kokay (PT-DF); da diretora-geral do Senado, Ilana Trombka; e da presidente da Recomeçar, Joana Jeker.

A exposição *Sempre Mulher* pode ser visitada até o fim do mês.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



CI Sabatina

8h30 Sabatina de Fernando Fortes Melro Filho para diretor de Administração e Finanças do Dnit. Depois, a comissão analisa requerimentos.

CAS Emendas ao Orçamento

9h O relator-geral do Orçamento de 2016 expõe emendas da comissão à proposta. Após, na pauta de 12 itens, o PLS 60/2014, que dispensa pedido médico para mamografia pelo SUS.

CDR Aposição de retrato

9h Aposição do retrato de Antonio Carlos Valadares na galeria de ex-presidentes. Em seguida, audiência pública sobre o PRS 1/2013, que fixa alíquotas de ICMS nas operações interestaduais.

CDH Adoção

9h PLS 531/2013, que altera a diferença mínima de idade entre o pretendente à adoção e o adotando, abre a pauta.

CCI Reajuste de agentes públicos

10h PEC 62/2015, que impede o efeito cascata no reajuste de remunerações de agentes públicos, está na pauta.

CE Programa Mais Educação

10h Audiência pública interativa para avaliação do Programa Mais Educação.

CMCC Crise hídrica

10h30 Comissão sobre mudanças climáticas faz audiência sobre crise hídrica na região do Vale do São Francisco

MP 684/2015 Parcerias

10h30 Audiência interativa sobre a MP, que define regime jurídico de parcerias voluntárias entre administração pública e organizações da sociedade civil.

PRESIDÊNCIA Sessão conjunta

11:30 Renan Calheiros preside sessão do Congresso. Às 16h, ordem do dia.

CONGRESSO Vetos presidenciais

11h30 Sessão conjunta do Congresso para finalizar votação de vetos.

CMO Colégio de Líderes

14h Reunião do Colégio de Líderes. Às 15h, reunião extraordinária.

PLENÁRIO Aposentadoria

14h Na pauta, o PLV 15/2015, oriundo da MP 676, que muda a aposentadoria.

AGENDA BRASIL Aquicultura

14h30 Comissão especial analisa, entre outros, o PLS 341/2013, que incentiva aquicultura conjugada à agricultura.

CPI DO FUTEBOL Debate

14h30 Audiência com participação dos presidentes do São Paulo e do Santos.

MP 682/2015 Seguro rural

14h30 Comissão da MP, sobre transferência de gestão do Fundo de Estabilidade do Seguro Rural, avalia relatório.

MP 690/2015 Audiência pública

14h30 Audiência sobre a MP, que eleva tributos para bebidas e eletrônicos.

PACTO FEDERATIVO Zona franca

14h30 Comissão especial avalia projeto que cria a Zona Franca de São Luís.

MP 691/2015 Imóveis da União

15h Audiência sobre a MP, que autoriza a venda de imóveis da União para a constituição de fundos.

MP 692/2015 IR de imóveis

15h Instalação e eleição de presidente da comissão da MP, que aumenta o IR sobre a venda de imóveis.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite, a partir das 10h, reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Plenário rejeita substitutivo que cria Instituição Fiscal

Para ser aprovado, texto exigia 49 votos favoráveis, mas obteve apenas 40. Senadores disseram que nova instituição ocuparia funções que são do Legislativo. Proposta original pode ser retomada

O PLENÁRIO DO Senado rejeitou ontem o substitutivo de José Serra (PSDB-SP) à PEC 83/2015, que cria a Instituição Fiscal Independente (IFI). O texto — que reunia as 14 emendas apresentadas à PEC — obteve 40 dos 49 votos favoráveis de que necessitava para ser aprovado em primeiro turno. Foram 19 votos contrários.

A proposta original, de Renan Calheiros (PMDB-AL), não é afetada pela rejeição do substitutivo de Serra e deverá ser retomada. O texto poderá voltar para novo exame da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), se houver requerimento, ou ser reincluída na pauta do Plenário. Ainda não há um cronograma. Tudo dependerá do entendimento entre líderes partidários.

Renan cumpria agenda externa e não estava presente. Vicentinho Alves (PR-TO), no exercício da Presidência, sugeriu adiar a deliberação, mas foi rechaçado pelos senadores que se opunham à proposta.

A instituição seria um órgão técnico consultivo, dedicado a analisar a política fiscal do governo federal e emitir pareceres para auxiliar o Congresso.

Para Roberto Requião (PMDB-PR), isso significa-

ria subordinar as instâncias políticas a “tecnocratas”:

— É a precarização do Congresso. Amanhã vamos ser convidados por esse órgão para tomar conhecimento do que eles resolveram.

Randolfe Rodrigues (Rede-AP) disse que a IFI poderia se tornar um “instrumento de desestabilização” da política econômica do Executivo.

— A IFI terá o poder de convocar ministros e orientar a política fiscal e monetária do governo. Isso é atribuição do Congresso e suas comissões, e o Congresso vai renunciar a ela?

Lindbergh Farias (PT-RJ) questionou o momento escolhido para a criação de mais um órgão, durante o ajuste fiscal.

— Estamos criando uma estrutura com autonomia orçamentária e financeira, sendo vedado o contingenciamento de seus recursos. Há clara sobreposição [de funções] com outros órgãos, como Tribunal de Contas da União e Consultoria de Orçamentos do Senado.

Defesa

Renan havia se manifestado em defesa da proposta. Ele fez menção ao julgamento das contas do governo de 2014 pelo TCU como um exemplo

de situação que poderia ser evitada com mais essa instância de fiscalização:

— A Instituição Fiscal Independente será um órgão que vai criar condições para que tenhamos uma avaliação fiscal para evitar esse tipo de coisa que é contestada no TCU.

O relator da PEC, José Serra (PSDB-SP), fez a defesa do substitutivo. Ele disse que a tarefa do novo órgão seria prover informações ao debate público sobre a gestão econômica do governo, para embasar a verificação do Congresso.

— A função fundamental será a medição de gastos públicos e dos efeitos gerados por eles. Não temos isso hoje e não há nenhuma instituição que tenha o poder para tanto. Muitos tropeços da nossa política fiscal se devem à ignorância a respeito dos seus efeitos.

Serra sustentou a necessidade de que a IFI fosse um organismo enxuto e com quadro de pessoal qualificado. Ele explicou que o modelo proposto é inspirado em experiências ao redor do mundo. Waldemir Moka (PMDB-MS) e Blairo Maggi (PR-MT) rebateram as críticas ao projeto e disseram que os colegas se valiam de argumentos “inventados”.

Ministro pede prioridade para a reforma do ICMS

O ministro da Fazenda, Joaquim Levy, reuniu-se ontem com o presidente do Senado, Renan Calheiros, e líderes partidários com o objetivo de pedir prioridade para a votação da reforma do ICMS.

Além disso, Renan informou que na conversa com o ministro também foram abordados projetos da Agenda Brasil. Para o presidente do Senado, a reforma do ICMS pode, sim, ser uma prioridade nos próximos dias, mas tudo vai depender de haver “convergência entre os parlamentares”.

O líder do DEM, Ronaldo Caiado (GO), confirmou o desejo do ministro em ver a questão do ICMS resolvida.

A reforma do ICMS é uma



Renan Calheiros recebe Joaquim Levy com Delcídio do Amaral e Rose de Freitas

das propostas do pacto federativo em pauta no Senado. A maioria dos estados brasileiros precisa da reforma para legalizar os incentivos da guerra fiscal e o governo federal

também a defende, visando estimular a retomada da economia. O Projeto de Resolução do Senado (PRS) 1/2013 reduz as alíquotas interestaduais do imposto.

Embaixadores para Filipinas e Uruguai são aprovados

O Plenário aprovou ontem os nomes dos diplomatas Hadil Fontes da Rocha Vianna e Rodrigo do Amaral Souza como embaixadores do Brasil no Uruguai e nas Filipinas, respectivamente.

A indicação de Vianna recebeu 60 votos a favor e 2 contrá-

rios, além de 1 abstenção.

Souza recebeu 63 votos a favor, 2 contrários e 2 abstenções. Ele vai ocupar o cargo de embaixador nas Filipinas, acumulando a função ainda em três países vizinhos — República de Palau, Micronésia e Ilhas Marshall.

Raimundo Lira (PMDB-PB) disse que Souza é dono de uma carreira brilhante e certamente fará um bom trabalho, “honrando as tradições do Itamaraty”. As indicações já haviam sido aprovadas na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) na quinta-feira.

Julgamento de contas de 2014 do governo federal gera debate

A tentativa do governo de afastar o ministro Augusto Nardes, do Tribunal de Contas da União (TCU), da relatoria das contas de 2014 do Executivo repercutiu ontem no Plenário do Senado. O debate começou após declaração de Gleisi Hoffmann (PT-PR), que criticou o envio de convites para a sessão de hoje do TCU em que as contas vão ser julgadas.

— Parece-me que querem transformar esse ato em um ato político — disse a senadora.

Para ela, o ministro-relator tem demonstrado postura política com relação ao episódio em várias situações.

Cássio Cunha Lima (PB), líder do PSDB, avaliou que

tentar desqualificar o relator das contas é desqualificar o TCU. O senador disse que é normal, quando um ministro relata um processo, entregar aos seus pares, com cinco dias de antecedência, a manifestação do voto.

— É uma atitude legal, que o governo tenta desqualificar — explicou.

O líder do governo no Congresso, senador José Pimentel (PT-CE), discordou. Ele disse que a manifestação favorável do ministro a alguma das partes antes de proferir a decisão gera o direito da outra parte de arguir a suspeição. Para ele, essa determinação do Código de Processo Civil se aplica ao TCU.

Planalto deu provas da falta de isenção de Nardes, diz Humberto

Na tribuna, o líder do PT, Humberto Costa (CE), afirmou que o Executivo apresentou “robustas provas” para mostrar a falta de isenção do ministro Augusto Nardes.

Segundo o senador, são mais de 2 mil páginas de reportagens em que o ministro manifesta opinião sobre as contas antes de receber os documentos do governo.

— Seria ruim que, dando cobertura a comportamento inadequado, o TCU venha a ter uma decisão sua contestada no Judiciário por ter amparado um julgamento que pode ser viciado.



Para Lasier, Executivo tenta manobra intimidatória no TCU

Lasier Martins (PDT-RS) acusou o governo de maquiagem as contas públicas e de não ter moral para questionar os que estão analisando os números.

Para o senador, a tentativa do governo de afastar o relator no TCU, Augusto Nardes, é uma manobra para evitar o julgamento das contas de 2014 do governo de Dilma Rousseff.

— Diante dessa manobra intimidatória e protelatória, o TCU deve mostrar que não será refém de qualquer pressão e, com seus competentes auditores e ministros, vai analisar e já está analisando.



Na avaliação de Ataídes, governo só age no improviso

Ataídes Oliveira (PSDB-TO) criticou a demora do governo para tomar medidas de contenção de despesas, como o recentemente anunciado corte de 8 ministérios e a extinção de 3 mil cargos comissionados.

Na opinião dele, a demora é uma evidência de que o improviso é a marca do governo e o responsável pelo rombo das contas públicas, pela retração da economia e pelo aumento do desemprego. E o pior, disse, é que o governo nada faz para superar a crise:

— Este é o mundo do governo do PT. O mundo do faz de contas, da fantasia mirabolante.



Valadares: Parceria Transpacífico pode deixar Brasil isolado

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) avaliou que o Brasil pode ficar isolado e numa situação incômoda no comércio internacional caso se concretize a Parceria Transpacífico, firmada na segunda-feira entre 12 países, entre eles EUA, Japão, Chile e Peru.

— As exportações do Brasil podem encolher 2,7% depois de efetivado esse acordo, segundo a Fundação Getúlio Vargas. Em 2014, o Brasil exportou US\$ 31 bilhões em manufaturados, dos quais 25% para países que formaram esse bloco. Os produtos mais afetados serão carne, açúcar refinado, carros e máquinas.



Em audiência ontem, representantes de emissoras sem fins lucrativos discutiram com senadores alternativas para a manutenção do setor

Rádios e TVs comunitárias buscam novas formas de financiamento

SEM FINS LUCRATIVOS e proibidas pela legislação de fazer propaganda comercial, as rádios e televisões comunitárias sofrem com a falta de verbas. Em audiência ontem na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), representantes dessas emissoras reivindicaram a criação de fontes de financiamento que garantam sua sobrevivência. Sem uma forma de sustento, disseram, 4 mil rádios comunitárias correm o risco de fechar. O problema também atinge as TVs.

Entre as ideias para garantir recursos, está a liberação da publicidade do comércio local. Hoje as emissoras sobrevivem do chamado apoio cultural, que pode ser pago por estabelecimentos situados na comunidade atendida. As emissoras podem apenas veicular mensagens institucionais da entidade apoiadora, sem menção a produtos ou serviços.

Para José Luiz do Nascimento Sôter, coordenador-executivo da Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária, o que está em jogo é o medo de empresas comerciais de rádio e TV de perder receitas para os canais comunitários.

— O oligopólio das comunicações nos vê como inimigos, como se estivéssemos amea-



Hélio José (C) preside debate com Miranda, Barbosa, Pieranti e Fernando Moreira, representante das TVs universitárias

çando suas fontes de receita. Não estamos. A publicidade de um cabeleireiro em uma cidade do interior nunca vai chegar ao meio comercial — disse.

O presidente da Associação Brasileira de Canais Comunitários, Paulo Miranda, sugeriu a criação, pelo governo, de um fundo de financiamento de comunicação comunitária.

André Barbosa, superintendente-executivo de Relacionamento Institucional da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), disse ser necessário avançar na legislação sobre financiamento da comunicação pública como um todo.

Octávio Pieranti, assessor do Ministério das Comunicações, lembrou que a pasta chegou a incluir em portaria dispositivo que garantia o apoio do gover-

no às rádios e TVs comunitárias, mas ele foi suspenso após recurso da Abert, associação das emissoras comerciais. Pieranti observou, porém, que, entre os mais de 40 projetos sobre rádios e TVs comunitárias em tramitação no Congresso, alguns garantem mais dinheiro ao setor.

Os senadores Hélio José (PSD-DF) e Lasier Martins (PDT-RS) prometeram elaborar um projeto para tentar resolver o problema do financiamento. Foi Hélio José quem sugeriu a audiência pública na CCT:

— Quando a gente chega em uma rádio comunitária, que é tão importante, ficamos até meio deprimidos. São cubículos tão pequenos, com dificuldade de funcionamento. Regulada pela Lei 9.612/1998,

a radiodifusão comunitária tem objetivo de “prestar serviços de utilidade pública e estimular o lazer, a cultura e o convívio social”. Entretanto, grupos políticos acabam assumindo o controle de rádios e usando-as para fins privados, alertou Raulo Rodrigues (Rede-AP), que denunciou ao Ministério das Comunicações irregularidades no Amapá. O senador cobrou maior rigor na fiscalização.

Lasier pediu maior transparência nas autorizações para funcionamento de rádios e TVs. Segundo o senador, a documentação encaminhada pelo Ministério das Comunicações ao Congresso, que dá a palavra final sobre a licença de funcionamento, nem sempre tem a qualificação dos responsáveis pelas entidades.

Elmano ressalta importância da microempresa

Elmano Férrer (PTB-PI) saudou na segunda-feira os 27 anos da Constituição de 1988, lembrando que



foi um marco não só para o reencontro do país com o verdadeiro estado democrático de direito, mas para assegurar cidadania aos brasileiros.

Ele destacou que em 5 de outubro se comemorou o Dia da Micro e da Pequena Empresa, que responde por 52% dos empregos formais e 27% do PIB.

O senador ressaltou que o Brasil tem políticas para o micro e o pequeno empreendedor. Ele citou programa do Banco do Nordeste para os pequenos negócios.

— O Piauí tem mais de 45 mil empreendedores individuais, assegurando conquistas no que se refere à previdência e aos mecanismos necessários aos financiamentos, como esse do Banco do Nordeste.

Gurgacz vê falta de técnicos agropecuários

Acir Gurgacz (PDT-RO) comunicou o adiamento, para 6 de novembro, de audiência da Comissão de



Agricultura para discutir a defesa sanitária brasileira.

A audiência será realizada na Assembleia Legislativa de Rondônia, que é o quarto exportador nacional e que tem o sexto maior rebanho bovino do país, mas que só conta com 18 fiscais agropecuários federais.

O senador disse que a Associação Brasileira da Indústria Exportadora de Carne espera exportar este ano 1,7 milhão de toneladas de gado, 7,6% a mais do que o ano passado, o que significa US\$ 8 bilhões a mais.

— Mesmo assim, a quantidade insuficiente de médicos veterinários e técnicos agropecuários credenciados pode colocar em risco esse importante mercado para a economia brasileira.

Capiberibe destaca lei sobre transparência

João Capiberibe (PSB-AP) destacou em discurso na segunda-feira a importância da transparência nos órgãos públicos. Ele citou a Lei 131/2009, da qual é autor, que determina que todos os entes públicos devem publicar as despesas em tempo real na internet.



— Essa lei foi feita para que o cidadão possa fiscalizar e monitorar a qualidade dos gastos públicos — disse.

O senador mencionou pesquisa feita por ele no Portal da Transparência do governo do Amapá. De acordo com Capiberibe, o governo estadual gastou R\$ 15 milhões com medicamentos neste ano — valor menor que um repasse extra do Executivo para a assembleia legislativa do estado: R\$ 18 milhões.

— Está aí o porquê de a situação ser tão trágica na saúde do estado — disse, apontando falta de prioridade do governo.

Reguffe: senador deve ter ao menos 1 proposta votada

No Plenário, Reguffe (PDT-DF) apresentou um projeto que atribui ao senador a prerrogativa de requerer a inclusão automática de uma proposta de sua autoria na ordem do dia. Assim, terá apenas de avisar com antecedência de 60 dias qual é o projeto a ser votado, abrindo um prazo para que seus colegas analisem a proposta e a votem com conhecimento de causa.



Pelo projeto, cada senador terá pelo menos um projeto de sua autoria votado por ano no Plenário. Reguffe explicou que o projeto, que altera o regimento do Senado, aperfeiçoa o processo legislativo, visto que muitos parlamentares exercem todo o mandato sem ver suas proposições votadas.

— O projeto é em respeito ao eleitor, que votou em cada um de nós esperando que ao menos fosse votada aquela proposta discutida na campanha.

Projeto impede construção de escolas de lata

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem uma proposta de Cristovam Buarque (PDT-DF) que estabelece condições mínimas para construção, adequação e equipamento pedagógico de escolas de educação básica. A proposta será votada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

De acordo com o PLS 525/2009, o Ministério da Educação (MEC) definirá as condições mínimas de construção e os equipamentos necessários para justificar a autorização de funcionamento da escola.

A proposta institui o habite-se escolar para permitir o funcionamento de creches, pré-escolas e escolas. Esse habite-se será concedido pela prefeitura dentro das normas previstas pelo MEC.

O senador acredita que o projeto, se for transformado em lei, poderá acabar com as escolas de lata e taipa, sem banheiros e luz elétrica, que em 2009 passavam de 20 mil, de acordo a justificativa da proposta.

O relator, Ricardo Ferraço (PMDB-ES), deu parecer favorável ao projeto de Cristovam.

Gestor federal ignora interior do país, diz Simone

Simone Tebet (PMDB-MS) citou no Plenário o quarto encontro do Fórum de Governadores do Brasil Central, realizado em Campo Grande, no dia 2. Participam seis governadores — dois do Norte (Tocantins e Rondônia) e quatro do Centro-Oeste (Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Distrito Federal) —, que firmaram compromisso pela educação como forma de aumentar o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos estados.

Apesar do dinamismo na agricultura e na pecuária, a região tem problemas na infraestrutura, com dificuldade no escoamento da produção, e na educação, já que a evasão escolar é uma constante, disse a senadora.

— É um Brasil que os técnicos, administradores e gestores que ficam nas suas mesas, no ar condicionado, aqui na Esplanada, não conhecem. Não conhecendo, não têm a noção exata da sua importância.

Sem quórum ontem, Congresso vota vetos hoje

Deputados não compareceram em número suficiente para que houvesse a sessão. Na pauta, estão vetos polêmicos, como o do reajuste ao Judiciário, ainda sem acordo

SEM QUÓRUM PARA votação por parte dos deputados, a sessão do Congresso de ontem foi encerrada sem votação. Uma nova foi convocada para as 11h30 de hoje. Na pauta, continuam os vetos polêmicos sobre os quais os parlamentares ainda não fecharam acordo.

O líder do governo no Senado, Delcídio do Amaral (PT-MS), não quis polemizar com a Câmara e ponderou que foram muitas as justificativas para a falta de quórum dos deputados, principalmente o horário da sessão.

— Achemos mais conveniente remarcar para amanhã [hoje]. Amanhã [hoje] não tem escapatória. Eu espero que a gente vote os vetos e limpe a pauta do Congresso.

Delcídio acrescentou que a Câmara precisa dar sua posição e responder à reforma ministerial feita pelo governo, com a intenção de solidificar uma base de apoio na Câmara.

Reajuste

O mais importante dos vetos é o que rejeita integralmente a proposta de aumento de até 78,56% para os servidores do Judiciário (VET 26/2015). A justificativa do governo é que a medida teria impacto financeiro contrário aos esforços necessários para o equilíbrio fiscal — a estimativa é que o reajuste custaria aos cofres públicos R\$ 36,2 bilhões até 2019.

Emendas deturpam MP que visa proteger emprego, afirmam entidades

Reunido na Comissão de Direitos Humanos (CDH) ontem, o Fórum Nacional de Combate à Precarização e Defesa dos Direitos Sociais aprovou carta em que denuncia manobra na tramitação da medida provisória que institui o Programa de Proteção ao Emprego (MP 680/2015), incluindo no texto emendas estranhas ao objetivo original da MP.

— A carta chama para uma mobilização nacional contra essa proposta. Vamos unir as frentes populares contra esse que é o maior ataque aos direitos dos trabalhadores, que revoga a CLT [Consolidação das Leis Trabalhistas] — afirmou Paulo Paim (PT-RS).

De acordo com as entidades, recebidas na CDH, a comissão especial que analisa a MP aprovou no dia 1º de outubro projeto de lei de conversão (PLV 18/2015) com emendas que dão prevalência a negociações trabalhistas sobre a legislação em vigor.

Para elas, a emenda é inconstitucional. Isso porque a



Senadores e deputados se reuniram ontem para tentar votar vetos: líder do governo espera limpar pauta do Congresso hoje

Também sem acordo está o veto à correção do reajuste dos benefícios de aposentados e pensionistas do INSS às regras aplicadas ao salário mínimo, levando em conta a soma da inflação e a média do crescimento da economia (VET 29/2015). Os cálculos do governo são de que manter essa correção dos benefícios aumentaria em R\$ 11 bilhões as despesas até 2019.

— Esperamos que isso se confirme. Digamos assim, nós tínhamos esperança de ganhar de três ou quatro a zero e o jogo empatou. Amanhã, quem sabe, a gente faz um. Pelo menos não perdemos. Perder seria a derrubada dos vetos — brincou, assegurando que, no Senado, a questão está encaminhada, uma vez que até senadores de oposição já teriam entendido a importância para o país da manutenção

dos vetos presidenciais.

Na pauta do Congresso, estão ainda os vetos que rejeitaram a dedução de Imposto de Renda para gastos com livros por professores e dependentes, a redução dos custos com taxas e multas em terrenos da marinha, o refinanciamento de dívidas fiscais e trabalhistas de clubes de futebol e entidades esportivas, a alíquota diferenciada de contribuição patronal na folha de pagamento para o setor têxtil, a apreensão de veículos em caso de infração de trânsito e as mudanças nas regras de contratos de refinanciamento de dívidas entre União, estados, Distrito Federal e municípios.

Aerus

Também há na pauta três projetos de lei que aguardam votação. O primeiro deles é o PLN 2/2015, que desti-

na R\$ 368,26 milhões para pagamento de benefícios a aposentados e pensionistas do Aerus — o fundo de pensão dos ex-empregados das empresas Varig e Transbrasil. A dívida é decorrente de execução provisória requerida pelo Sindicato Nacional dos Aeronautas e pela Associação dos Funcionários Aposentados e Pensionistas da Transbrasil em 2004.

O segundo é o PLN 3/2015, que cria gratificação para os representantes dos contribuintes no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) do Ministério da Fazenda.

A terceira proposta é o PLN 4/2015, que possibilita o uso dos restos a pagar decorrentes de anos anteriores a 2014 para emendas individuais dentro do orçamento impositivo adotado na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Fátima critica fechamento de usina da Petrobras

Fátima Bezerra (PT-RN) protestou contra a iniciativa da Petrobras de encerrar as atividades da usina de processamento de biodiesel do Polo Industrial de Guamaré, no Rio Grande do Norte.

Ela relatou que tem procurado agendar um encontro com o presidente da estatal, Aldemir Bendine, para discutir o tema.

A senadora explicou que o fechamento da usina não traz prejuízos apenas para o governo do Rio Grande do Norte, mas para os produtores rurais que investiram no plantio de oleaginosas.

— O fechamento dessa usina traz efeitos na agricultura do semiárido, em razão dos agricultores que se dedicaram à produção de oleaginosas, como a mamona, o babaçu e o girassol, usadas como matéria-prima do biodiesel — disse a senadora.



Bezerra anuncia audiência sobre obras de irrigação

O andamento das obras para garantir água no Distrito de Irrigação Nilo Coelho, em Petrolina (PE), será tema de audiência pública hoje na Comissão Mista de Mudanças Climáticas do Congresso.

O presidente da subcomissão, Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE), explicou que até o final de novembro será zerado o volume útil da Barragem de Sobradinho, que fornece água para o projeto de irrigação que contempla mais de 25 mil hectares, gera emprego para mais de 120 mil pessoas e tem produção anual superior a R\$ 2 bilhões.

Para evitar prejuízos maiores, Bezerra disse ser necessário concluir logo a colocação de flutuantes na área do volume morto da barragem para captar água para o projeto Nilo Coelho, responsável por mais de 90% das exportações de uva de mesa e de manga do país.



Medida autoriza BB e Caixa a adquirir instituição financeira

O Congresso recebeu ontem a Medida Provisória (MP) 695/2015, anunciou, em sessão conjunta do Congresso, o presidente do Senado, Renan Calheiros.

O texto permite que o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal, diretamente ou por meio de subsidiárias, adquiram participação em instituições financeiras, inclusive do ramo previdenciário, entre outras. O aval para essas operações valerá até 2018.

A MP também amplia a exploração comercial da Lotex, a nova loteria até então restrita apenas ao futebol. A exploração mercadológica da nova loteria poderá ser feita com eventos de grande apelo popular, datas comemorativas, referências culturais, licenciamento de marcas ou personagens e outros elementos gráficos e visuais que possam aumentar a atratividade comercial do produto.

A MP será analisada primeiro por uma comissão mista e, se aprovada, será em seguida enviada aos Plenários da Câmara e do Senado.

Amorim: acidente de trânsito é tema de saúde pública

Eduardo Amorim (PSC-SE) manifestou preocupação com os acidentes de trânsito como problema de saúde pública. O senador afirmou que o trânsito faz mais vítimas nos países pobres e acrescentou que no Brasil uma pessoa morre a cada 12 minutos nas ruas e estradas.

O senador, que cobrou investimento em educação no trânsito, pediu apoio para a aprovação de um projeto de autoria dele que destina ao Sistema Único de Saúde 30% da receita das multas aplicadas a motoristas. Segundo os dados que apresentou, os acidentes de trânsito no país causam um prejuízo de R\$ 40 bilhões por ano e sobrecarregam o SUS.

— Nada menos do que 30% dos leitos dos prontos-socorros do país têm sido ocupados por vítimas de acidentes de trânsito e 25% dos condutores dão entrada nos hospitais de forma a irem a óbito.



Paim afirma que mudança seria revogação da CLT

Em discurso no Plenário, Paim disse que a inclusão da emenda seria uma revogação da CLT.

A emenda, apresentada pelo deputado Darcísio Perondi (PMDB-RS), flexibiliza a legislação em favor do acordo coletivo entre empregados e empregadores.

— A marca trabalhista tem a ver com o solo gaúcho. De lá saiu Getúlio, de lá saiu Goulart, de lá saiu Brizola. E como é que a gente vai rasgar a CLT? Ora, que não fosse um gaúcho pelo menos — disse Paim.

Pracinhas devem ganhar status de heróis nacionais

Projeto aprovado em comissão propõe que ex-combatentes na 2ª Guerra sejam incluídos no *Livro dos Heróis da Pátria*. Senadores apoiaram pedido para Mercadante explicar problemas em Fies e Pronatec

A COMISSÃO DE Educação e Cultura (CE) aprovou ontem, em turno suplementar, substitutivo de Dário Berger (PMDB-SC) ao projeto de Paulo Paim (PT-RS) que inclui os pracinhas, ex-combatentes brasileiros na 2ª Guerra Mundial, no *Livro dos Heróis da Pátria*. Como tramitava em decisão terminativa na CE, a proposta (PLS 4/2015) será enviada à Câmara se não houver recurso para votação pelo Plenário do Senado.

A comissão rejeitou, porém, o PLS 212/2015, do senador Acir Gurgacz (PDT-RO), que regulamenta a profissão de cientista. A rejeição da proposta foi recomendada pela relatora, senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE), que entendeu a regulamentação como nociva e até onerosa, por

demandar alteração de planos de carreira e regulamento em diversas profissões ligadas à atividade.

O projeto segue ainda para votação final na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Requerimentos

Três requerimentos também foram aprovados ontem pela comissão.

Um deles, de Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE), trata de audiência pública para analisar a base nacional comum curricular. O assunto deverá ser debatido pelo novo ministro da Educação, Aloizio Mercadante; pelo sócio-fundador e membro do Conselho de Governança de Todos pela Educação Mozart Neves Ramos; e pelo presidente do Instituto de Co-Responsabilidade

pela Educação (ICE), Marcos Magalhães.

Com o retorno de Mercadante ao Ministério da Educação, a comissão aprovou requerimento de Ana Amélia (PP-RS) convidando-o a explicar a persistência de problemas com programas importantes como o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) e o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico (Pronatec).

Também aprovado, o requerimento de Lídice da Mata (PSB-BA) pede discussões sobre o Programa Cultura Viva, que trata da organização dos Pontos de Cultura nos 26 estados e no Distrito Federal e em mais mil municípios.

— Segundo dados do Ipea, o Cultura Viva atende hoje cerca de 8 milhões de pessoas — disse Lídice.

Menor só poderá atuar como ator e atleta com autorização dos pais

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) aprovou ontem o PLS 231/2015, de Valdir Raupp (PMDB-RO), que regula a participação de menores em manifestações artísticas e esportivas. A proposta recebeu parecer favorável da relatora, Ana Amélia (PP-RS), e agora vai para a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

O projeto permite que crianças e adolescentes possam

atuar como atores ou atletas desde que haja autorização dos responsáveis. No caso de menores de 14 anos, será exigido também o acompanhamento na atividade por um dos pais ou responsável, ou autorização judicial em sua ausência.

Raupp explicou que o projeto preenche um vácuo legal, já que os menores de idade que atuam como atores, modelos ou atletas vivem uma situação de indefinição jurídica.

Proposta reconhece Joinville como capital nacional da dança

A cidade de Joinville (SC) poderá receber o título de capital nacional da dança. A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) aprovou ontem o PLC 88/2015, com esse objetivo. O texto foi relatado por Dalírio Beber (PSDB-SC).

Em seu parecer, Beber destacou vários eventos na área que justificam o reconhecimento. Além do Festival de Dança de Joinville, o município realiza a Mostra de Dança Contemporânea,

o Festival Meia Ponta, a Feira da Sapatilha, o Encontro das Ruas, o Rua da Dança, o Palcos Abertos e a Passarela da Dança.

Outra demonstração da vocação de Joinville para a dança, assinalou o relator, foi a escolha da cidade para sediar a única Escola do Balé Bolshoi fora da Rússia.

A proposta segue para votação no Plenário. Se for aprovada sem mudanças, será enviada à sanção presidencial.

Segundo Gleisi, governo prioriza educação

A senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) citou números dos diversos programas dos governos do ex-presidente Lula e da presidente Dilma Rousseff que melhoraram a educação no país.

Gleisi destacou o programa de merenda escolar, que beneficia 42 milhões de estudantes, e a criação de novas escolas técnicas federais e universidades federais, além das ações de financiamento estudantil para alunos de baixa renda.

— Nós temos, sim, pátria educadora; nós temos compromisso com a educação.

Telmário apoia metas ambientais da gestão Dilma

Telmário Mota (PDT-RR) apoiou o anúncio feito na ONU, semana passada, pela presidente Dilma Rousseff de reduzir em 43% a emissão de gases do efeito estufa até 2030. Telmário ressaltou que o compromisso do Brasil é ousado e superior ao pretendido por outras grandes nações. Ele defendeu um pacto mundial para a contenção das emissões de gases que causam desequilíbrios climáticos.

— Se continuarmos a esquentar a Terra ao ritmo de hoje, diversos ecossistemas poderão entrar em colapso.



Simone Tebet, Dalírio Beber, Blairo Maggi e Dário Berger debatem projetos em reunião presidida por Romário (D)

Comissão ouvirá ministro sobre plano de inteligência

A Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência aprovou ontem requerimento para que seja ouvido o ministro da Casa Civil, Jaques Wagner. Os parlamentares querem que ele explique a demora na publicação da Política Nacional de Inteligência (PNI).

O autor do requerimento, senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), afirmou que o objetivo foi só fazer a adequação à mudança no comando da pasta, já que o

outro requerimento aprovado era para ouvir o então ministro Aloizio Mercadante.

A presidente da comissão, deputada Jô Moraes (PCdoB-MG), disse esperar que, na próxima reunião, os parlamentares aprovelem outro requerimento para convidar o novo ministro da Secretaria de Governo, Ricardo Berzoini, para justificar a retirada do status de ministério do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), na última reforma ministerial.

— Todos nós desta comissão

já expressamos nossa discordância do rebaixamento institucional das atividades de inteligência e acredito que ele terá muito a falar sobre a situação.

Também foi aprovado pedido de Jô Moraes para audiência pública sobre a reforma da legislação brasileira de inteligência. Serão convidados representantes da Associação Nacional dos Oficiais de Inteligência e da Associação dos Servidores da Agência Brasileira de Inteligência (Abin).



MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário:
 Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer e Douglas Cintra

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Icassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Coordenação de Edição: Silvio Burle
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Site: www.senado.leg.br/noticias

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Em audiência na Comissão de Direitos Humanos, Ronaldo Caiado decidiu apresentar emenda a MP para retirar a empresa de energia goiana de programa de desestatização

Privatização da Celg é contestada em debate

A PRIVATIZAÇÃO DA Companhia Energética de Goiás (Celg) foi rechaçada pela maioria dos participantes de audiência pública da Comissão de Direitos Humanos (CDH) que debateu o tema ontem.

Ronaldo Caiado (DEM-GO) decidiu apresentar emenda à Medida Provisória 693/2015 para retirar a empresa de energia estadual do Programa Nacional de Desestatização (PND), onde figura desde maio. Ele teve o apoio de Paulo Paim (PT-RS), que presidiu a reunião, e de Lindbergh Farias (PT-RJ). A previsão é de que o governo federal publique o edital de licitação da companhia em novembro. A MP será analisada por comissão mista nos próximos dias.

— O processo [de licitação] já caminhou 90%. É uma truculência o que estão fazendo com nosso estado. A Celg é rentável, tem quadros preparados; se não tivesse uma estrutura montada dentro dela para servir de suporte em eleições, não estaria vivendo o momento que vive — lamentou Caiado.

O senador acusa os governos federal e de Goiás de tentarem diminuir a dívida da companhia com Itaipu (em dólares) para ofertá-la ao mercado em melhores condições, e não para buscar sanear-la, mantendo-a

estatal. Com a venda, a Eletrobras, acionista majoritária, e o governo goiano, que detém 49% da empresa, “fariam caixa”, mas o passivo ainda precisaria ser pago pelos contribuintes goianos, na opinião de Caiado.

Patrimônio público

Wagner Vilela Júnior, representante dos empregados da Celg, defendeu a manutenção da empresa como patrimônio público, por considerar a energia elétrica um insumo estratégico. Em sua opinião, raramente há melhoria na qualidade dos serviços ofertados depois das privatizações:

— Das empresas privatizadas, 90% estão com este perfil: ou mantiveram ou pioraram. Compensa correr esse risco?

Fernando Pereira, da Federação Nacional dos Urbanitários, também defendeu a função estratégica da energia para a soberania nacional. Ele acusou o governo Dilma de adotar a mesma prática de Fernando Henrique na década de 90, com outro nome: em vez de privatizar, vende ativos ou faz concessões. Já Maximiliano Garcez, da Associação Latino-Americana de Advogados Laboralistas, disse que a privatização vem em momento inoportuno, próximo à renovação das concessões:



Maximiliano Garcez, senador Paulo Paim, Wagner Vilela, Oscar Salomão e Simão Cirineu durante a audiência pública

— Se a Celg tem problemas, é por ingerências políticas e decisões equivocadas tomadas pelo governo do estado. A Celg pode e deve continuar estatal e tem tudo para ser lucrativa.

Rogério Bernardes, procurador jurídico da Celg, informou que a empresa arrecada cerca de R\$ 700 milhões por mês, ou pouco mais de R\$ 8 bilhões por ano, enquanto o mercado estima o valor de venda em R\$ 7 bilhões ou R\$ 8 bilhões.

— Como se entende uma conta dessas? — questionou.

O representante da Eletrobras, Oscar Salomão, apresentou um balanço da Celg nos últimos anos. Em 2011, a

companhia estava em situação delicada, lembrou, com dívida de R\$ 6,9 bilhões. Foram disponibilizados R\$ 5,4 bilhões pelo governo federal para a estatal goiana e a dívida, alongada, passou a ser de R\$ 2,1 bilhões. Mas o quadro piorou novamente, acrescentou.

— Agora, o endividamento voltou a se elevar e os acionistas que já aportaram recursos precisam injetar mais. Por isso, foi colocada a questão da privatização — explicou.

Segundo ele, a Celg precisa melhorar rapidamente os índices de qualidade de oferta de energia e de performance financeira, pois há risco imi-

nente de não cumprir as determinações e de perder, nos próximos anos, a concessão.

Simão Cirineu, representante do governo de Goiás, também relatou as ações de gestão para sanear a empresa e defendeu medida prevista na MP 677/2015 que autoriza converter em reais a dívida em dólares da Celg com Itaipu, pela cotação de janeiro deste ano, de R\$ 2,60. Para ele, a medida aumentará a capacidade de investimentos da companhia, apesar das críticas de Caiado.

Cirineu disse ainda que, se houver privatização, será feita com as melhores condições possíveis para os funcionários.

Setor imobiliário pede transparência em venda de imóveis da União

A criação de fundos de investimentos para gerir os recursos resultantes da venda de imóveis da União exige transparência, como forma de evitar direcionamentos e insegurança jurídica.

A avaliação foi feita ontem por empresários do setor imobiliário em audiência pública na comissão mista que examina a Medida Provisória (MP) 691/2015. A proposta define as condições para a alienação (cessão de posse) de imóveis localizados em terrenos de marinha e autoriza o uso de imóveis da União para a constituição de cotas em fundos de investimento.

Coordenador do Sindicato da Habitação do Rio de Janeiro (Secovi-RJ), Hélio Mascarenhas defendeu a criação do fundo, mas afirmou que a iniciativa do governo independe de processo licitatório.

— A ideia do fundo é fantástica. Tira dos estados a atribuição de gerir o patrimônio, mas temos que criar certas ferramentas que evitem distorção desde o seu nascedouro.

Mascarenhas defendeu a inclusão, na MP, de ações de gestão nos parques habitacio-

nais do Programa Minha Casa, Minha Vida.

Márcio Miranda, do Secovi de Pernambuco, disse que a MP pode gerar insegurança para quem mora em terrenos de marinha.

— Na orla de Boa Viagem [Recife], todos os que moram nos imóveis não poderiam consolidar a propriedade plena porque estão na faixa de segurança [30 metros da praia].

Representante da Câmara Brasileira da Indústria da Construção, Luis Fernando Mendes criticou a MP por atribuir ao ministro do Planejamento poder de decidir quais imóveis poderão ser vendidos. E Francisco dos Santos, do Instituto de Registro Imobiliário do Brasil, que reúne 3,6 mil cartórios, elogiou a medida por desonerar a transmissão.

Líder do governo no Congresso, o senador José Pimentel (PT-CE) apontou a viabilidade de um acordo para aprovação da MP. Para ele, é possível incorporar as sugestões do senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) e outras lideranças quanto às taxas pagas pelos imóveis e à repartição dos recursos com os municípios.

Avança projeto que amplia redes de telecomunicações

Os recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust), que somam R\$ 17 bilhões, poderão ser usados para ampliar o uso de todos os serviços — e não apenas o de telefonia fixa. É o que determina o PLS 408/2014, aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Como até hoje prevaleceu a interpretação do governo de que a obrigação de universalização se restringiria ao serviço de telefonia fixa, o Fust aplicou

desde a criação, em 2000, apenas R\$ 140 milhões, menos de 1% do valor arrecadado.

O projeto, de Ivo Cassol (PP-RO), altera essa situação ao determinar ao poder público a universalização do uso de redes e serviços de telecomunicações. Com isso, o relator da proposta, Ataídes Oliveira (PSDB-TO), manifestou a esperança de que o Fust seja finalmente usado para beneficiar a população.

Cassol propõe também que a comunicação de dados dos governos federal, estaduais e

municipais seja realizada por meio de redes de telecomunicações e serviços de tecnologia da informação fornecidos por órgãos ou entidades da administração pública. O relator na CAE apresentou emenda permitindo a utilização de redes ou de serviços fornecidos por empresas privadas, desde que atendam especificações técnicas que garantam a segurança das comunicações, na forma da regulamentação.

A proposta será examinada agora por mais duas comissões.

Ferraço quer votar texto sobre contratações da Petrobras

Ricardo Ferraço (PMDB-ES) cobrou da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) a votação do Projeto de Decreto Legislativo (PDS) 197/2014, que suspende a permissão para a Petrobras usar o procedimento simplificado de contratação de obras e serviços.

Por um decreto presidencial de 1998, a Petrobras não precisa se submeter à Lei de Licitações, como os demais entes da administração pública.

O projeto de lei estava na

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), mas um requerimento do presidente da CAE, Delcídio do Amaral (PT-MS), levou a proposta para exame também nessa comissão.

Ferraço explicou que a proposta ainda aguarda a designação de relator, o que a impede de ser votada.

O senador disse esperar que, com a aprovação do projeto, seja colocado um freio “nessa deformação da gestão pública”, o regime simplificado de contratação.

Benedito de Lira (PP-AL) responsabilizou esse modelo pelas irregularidades ocorridas na Petrobras.

Ferraço citou a notícia de que a estatal teria contratado recentemente três escritórios de advocacia por R\$ 200 milhões, com dispensa de licitação, alegando “notória especialização”.

O senador disse que, sem a votação do projeto de decreto legislativo, os senadores poderão ser coniventes com a continuidade dos problemas na Petrobras.

Empresário e médico negam estarem envolvidos na máfia das próteses

Dono de distribuidora de material hospitalar obteve habeas corpus para manter-se em silêncio, mas preferiu falar na CPI das Próteses

MESMO CONTANDO COM um habeas corpus, o empresário Miguel Iskin abriu mão do direito de permanecer em silêncio ao depor ontem na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) das Próteses. Sócio da Oscar Iskin, distribuidora de material médico-hospitalar, ele negou que ofereça comissões a médicos, que em troca prescreveriam aos pacientes órteses e próteses comercializadas pela empresa.

— Estamos contatando os clientes e formadores opinião, mostrando nossa história e nosso comportamento, mas sem dúvida esta CPI é a melhor forma que temos para provar a verdade — disse.

O presidente da CPI, Magno Malta (PR-ES), afirmou que o direito de ficar calado é constitucional.

Iskin comentou a reportagem veiculada pelo *Fantástico*, da Rede Globo, sobre a chamada máfia das próteses, que agia em cinco estados. Segundo ele, a cena que mostra um vendedor da empresa dele oferecendo vantagem ao repórter que se passava por ortopedista, para que prescrevesse material fornecido pela distribuidora, foi “de alguma forma manipulada”.

Ele admitiu, porém, que o empregado, Carlos Lessa, já demitido, acabou cedendo à abordagem do suposto médico, mas salientou que ele agiu sem o conhecimento da empresa. Em investigação interna, explicou que o vendedor disse que a intenção não era concretizar a promessa de pagamento das comissões. Teria sido apenas uma forma de não afastar o



O senador Magno Malta conduz a sessão da CPI das Próteses, observado pelo ortopedista Edson Cerqueira Garcia de Freitas

potencial parceiro.

— Não é um mau sujeito. Sempre teve bom comportamento, mas não estava conseguindo atingir as metas de vendas. Como estava em perigo, viu ali uma tábua de salvação, aquele canto de sereia — afirmou.

A Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), que lhe perguntou por que a empresa não processou a Rede Globo pela suposta manipulação, o empresário respondeu que seria uma “luta inglória” e que a “resposta mais forte” que ele poderia dar foi comparecer e falar à CPI.

Questão pessoal

A CPI ouviu ainda o médico ortopedista Edson Cerqueira Garcia de Freitas, também do Rio. Ele é acusado por um colega da mesma especialidade, Marcelo Paiva, que também foi seu paciente, de ser dono de uma empresa de serviços médicos que negocia próteses por preços superiores aos de

mercado. Segundo Freitas, o colega passou a lhe perseguir movido pela inconformidade com o resultado da cirurgia de coluna que realizou.

— Tivemos problemas na relação médico-paciente e o objetivo dele não é reparar o problema que teve, apesar de ter conhecimento de que está “muito bem, obrigado”, viajando pela Europa, sem qualquer tipo de limitação funcional.

Freitas negou que a empresa da qual é sócio seja usada para a venda de órteses e próteses. Segundo ele, a Osteocare Serviços Médicos serve apenas para recebimento de consultas, cirurgias e cursos de treinamentos na área de ortopedia.

Quando depôs à CPI, o acusador disse que não esperava ter que pagar R\$ 208 mil por seis parafusos e uma haste que foram utilizados para estabilizar a coluna. O cirurgião explicou que, na realidade, o preço correspondeu a mais de 80 itens de serviços de uma

cirurgia complexa, incluindo os honorários de auxiliares.

— Não sou médico colocador de prótese. Até contraindico a 90% de meus pacientes — comentou, salientando que adota essa alternativa quando está convencido de que será a melhor solução para o caso.

Freitas disse que está processando o autor das acusações. Também afirmou que Paiva já responde a processo por apropriação indébita por ter solicitado reembolso de despesa médica relativa a parcela de R\$ 25 mil do valor da cirurgia. Nesse caso, teria pegado o recibo e solicitado a devolução do valor ao plano de saúde, quando já havia sustado o cheque.

Freitas reiterou que sempre se limitou a prescrever as próteses que servem ao paciente na guia médica e indicar três fornecedores. A parte comercial seria dos hospitais e dos planos de saúde. Malta não descartou convocar os dois médicos para uma acareação.

Omar critica cortes no Orçamento que atinjam a saúde

Omar Aziz (PSD-AM) apoiou o governador do Amazonas, José Melo, que apelou contra a aprovação dos cortes na saúde no Orçamento da União. Para o senador, a redução de R\$ 16 bilhões nas verbas é inadmissível.

O senador acusou o ministro da Fazenda, Joaquim Levy, de ter mentido desde o momento em que assumiu, apresentando “propostas de brincadeira”.

— Se quiser levar para a consciência a morte de brasileiros, leve sozinho, porque o Senado e a Câmara não podem permitir isso.

Ivo Cassol cobra liberação de droga contra o câncer

Ivo Cassol (PP-RO) defendeu a liberação da fosfoetanolamina sintética, usada no tratamento do câncer. Ele informou que pediu audiência na Anvisa para registro do remédio e fez apelo à presidente da República para ajudar na liberação.

Depois de visitar pesquisadores da USP em São Carlos (SP), onde o medicamento é produzido ao custo de menos de R\$ 0,10 a cápsula, o senador também cobrou do governo federal o incentivo à pesquisa para a continuação do trabalho dos cientistas e a distribuição no SUS.

Venda de suplemento alimentar será tema de debate

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) fará debate sobre o Projeto de Lei do Senado (PLS) 233/2014, que institui regras para fabricação, registro, importação, comercialização e fiscalização de suplementos alimentares e nutricionais. Requerimento para a audiência, de Flexa Ribeiro (PSDB-PA), foi aprovado ontem.

Apresentado pelo ex-senador Cícero Lucena, o projeto regulamenta a venda dos produtos, hoje comercializados livremente no país. O autor argumenta que está disponível no mercado grande gama de suplementos, com composições e finalidades diversas, regulados por normas fragmentadas e contraditórias. Além de atualizar e padronizar as normas, o texto visa incen-

tivar a produção nacional de suplementos — hoje, em sua maioria, importados.

Serão convidados para o debate dirigentes da Anvisa, do Centro de Estudos e Pesquisas de Direito Sanitário, da Associação Brasileira de Empresas de Produtos Nutricionais e de universidades.

A CMA também aprovou requerimento de Otto Alencar (PSD-BA) solicitando ao Minis-

tério da Integração Nacional informações sobre a transposição do Rio São Francisco. O pedido foi motivado por relatório do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre andamento de obras em contratos com a empreiteira Mendes Júnior, que estaria reduzindo o ritmo de trabalho. Otto diz que a situação preocupa por não terem sido adotadas medidas de revitalização da bacia.

Medeiros diz que safra de 2016 em MT corre riscos

José Medeiros (PPS-MT) comemorou ontem o recorde da safra agrícola de Mato Grosso.

Ele observou que o estado é campeão nacional na produção de algodão, milho, soja e carne bovina.

Apesar da boa notícia, o senador diz que teme pela próxima safra. Segundo ele, a região sofre com problemas de infraestrutura, especialmente quanto à qualidade das estradas e a inexistência de ferrovias e hidrovias.

— Temos atraso no cultivo da safra de soja de 2015 e eu receio que teremos uma estiagem severa.

Exibição de preços em clínica privada vai à Câmara

Segue para deliberação da Câmara projeto que obriga hospitais e clínicas privados a disponibilizar a tabela com preços de serviços, consultas, terapias, exames, procedimentos, medicamentos e vacinas. A proposta foi aprovada ontem

em turno suplementar na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

A medida foi aprovada na forma de substitutivo de Lídice da Mata (PSB-BA) ao PLS 92/2014, do ex-senador

Jayme Campos, e vale para serviços privados de assistência ambulatorial, diagnósticos, terapias e atendimento odontológico.

A senadora modificou o texto para excluir a exigência nas unidades do SUS, por

negociarem diretamente com as operadoras. Ela também retirou os atendimentos de urgência e emergência, mesmo privados, por considerar inexecutable a medida, frente ao número e à imprevisibilidade desses serviços.